



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

| TERMO DE AUDIÊNCIA | |
|-------------------------|--------------------------------------|
| Nº do Processo | 0800276-93.2018.815.0221 |
| Ação | Cobrança |
| Objetivo | Conciliação, Instrução e Julgamento |
| Data e hora | 14 de maio de 2019, às 09h50min |
| Local | Fórum de São José de Piranhas |
| Juiz de Direito | Hermeson Alves Nogueira |
| Conciliador | Heraldo Costa Miguel |
| Promovente | Rodrigues Cirino Lopes |
| Adv. do(a) Promovente | Dr. Laerte Ferreira de Moraes França |
| Promovido(s) | Seguradora Lider dos Consórcios S.A. |
| Adv. do(s) promovido(s) | Dr. Ricardo Luiz Costa dos Santos |
| Preposto(s) | Renata de Oliveira Feitosa Vaz |

Aberta a audiência e realizado o pregão de estilo pelo meirinho, verificou-se a presença das partes e de seus procuradores. Ato contínuo foi tentada a conciliação, não logrando êxito, posto que as partes não chegaram a um entendimento. Em seguida foi dada continuidade a audiência com a instrução. Compulsando os autos, verifica-se que o promovido já contestou. A consulta ao processo foi realizada através do dispositivo eletrônico do adv. da parte autora, uma vez que o Sistema PJE estava apresentando instabilidade, sem acesso. **Ato contínuo foi dada a palavra ao promovente para impugnar a contestação, que disse:** “MM. Juiz, no que se refere a preliminar arguida, esta não merece prosperar, pois o autor tem total interesse na presente ação, tanto é que requereu administrativamente o seguro a que faz jus, tendo, inclusive, juntado toda documentação necessária, inclusive, documentação médica, a exemplo do boletim de atendimento médico id nº 15277203 e 15277244, referentes a data do acidente e do comprovante de despesas médicas id nº 15277352, para procedência em sede administrativa. Vale salientar, também, que o autor, também, pleiteou seguro por invalidez permanente junto a própria seguradora ré, requerimento, este, o qual foi totalmente deferido e a parte autora recebeu valores devidos id nº 15277367. No que tange ao mérito alegado em sede de contestação, tendo em vista que o processo se refere a bojo probatório meramente documentação este patrono requer ao MM. Juiz o indeferimento da oitiva da parte autora, tendo em vista que o que já fora juntado supre totalmente as provas para total procedência do pleito inicial”. **Aberta a palavra ao adv. da promovida, nada requereu. Em seguida pelo MM. Juiz foi dito:** Face o adiantado da hora e o grande número de audiências agendada para o dia de hoje, determino que seja feito conclusão dos autos para análise da necessidade do depoimento pessoal da parte autora, conforme requerido na contestação e rebatido da impugnação. Fica concedido prazo de 05(cinco) dias para juntada de substabelecimento e carta de preposição, se houver. Atribui-se ao presente termo **força de mandado/ofício**. E nada mais havendo a tratar, encerra-se o presente termo, que foi lido e relido, tendo todos concordado plenamente, que vai assinado por todos os presentes.

JUIZ DE DIREITO

ADV. DA PARTE PROMOVENTE

ADV. DO PROMOVIDO

OFICIAL DE JUSTIÇA

CONCILIADOR

PROMOVENTE

PROMOVIDO